



Plenário derruba urgência e arquiva texto sobre ficha limpa

Vários senadores criticaram projeto de Dalirio Beber que previa que políticos condenados por crimes anteriores a 2010 não sofreriam os efeitos da lei. Proposta foi retirada pelo autor

Na sessão de ontem do Plenário, diversos senadores questionaram a votação com urgência do projeto que retirava os efeitos da Lei da Ficha Limpa — inelegibilidade por oito anos — para pessoas condenadas por crimes anteriores à entrada em vigor da norma, em 2010. Antes da lei, a punição era de três anos.

Diante dos apelos, o autor da proposta, senador Dalirio Beber, pediu a retirada definitiva do projeto e o presidente do Senado, Eunício Oliveira, determinou o arquivamento.

Os senadores Randolfe Rodrigues e Ataídes Oliveira já haviam apresentado requerimentos para que o texto não fosse votado com urgência. E eles receberam apoio de vários colegas, que afirmaram não haver sentido em alterar a lei.

Dalirio explicou que a intenção da proposta não era desfigurar a Lei da Ficha Limpa, instrumento que considera um avanço contra a corrupção, mas apenas preencher uma lacuna legislativa deixada pelo Parlamento em relação a retroatividade ou não da norma. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Ao lado de Flexa Ribeiro, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, comanda a sessão do Plenário que derrubou o texto



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Autor do projeto, Lasier Martins (C) dirige o debate na CCJ sobre a ampliação dos efeitos da Lei Antiterrorismo

Falta consenso para ampliar Lei Antiterrorismo

Participantes de audiência na Comissão de Constituição e Justiça não chegaram a um acordo sobre o texto que amplia os efeitos da Lei Antiterrorismo.

Pela proposta, do senador Lasier Martins,

relatada por Magno Malta, atos como incendiar, saquear e destruir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado seriam considerados terrorismo, com pena de 12 a 30 anos de reclusão. **5**

Exame para médicos semelhante ao dos advogados divide opiniões

Projeto do senador Pedro Chaves que institui uma prova de proficiência ao fim do curso de medicina, assim como ocorre para os bacharéis em direito, dividiu opiniões em debate promovido ontem pela Comissão de Educação.

A proposta foi criticada por organizações como o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. Mas recebeu o apoio da Associação Nacional dos Médicos Residentes e do Conselho Federal de Medicina. **7**

Governo e produtor divergem sobre registrar plantas **6**

Uso medicinal da maconha pode ser votado hoje **6**

Aprovado texto-base sobre distrato imobiliário **3**

Adotante pode ter benefício pago por empregador **8**

Comissão mista aprova relatório preliminar do Orçamento de 2019

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o relatório preliminar do projeto da Lei Orçamentária para 2019.

Como parte do acordo para a votação da proposta, foi fixado o prazo, até quarta-feira da semana que vem, para que os parlamentares da base do presidente eleito, Jair Bolsonaro, apresentem

mudanças no projeto.

A próxima etapa da elaboração do Orçamento é a análise dos relatórios setoriais, que também deve ocorrer na semana que vem.

A partir daí o senador Waldemir Moka pode apresentar o relatório final, que terá de ser votado na comissão e depois no Plenário do Congresso. **5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Relator do projeto, Tasso (2º a dir.) diz que o texto também contribui para desenvolver uma matriz energética limpa

Avança projeto de portabilidade para conta de luz

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que permite a pequenos consumidores, como o residencial, fazer parte do mercado livre de energia elétrica, hoje restrito aos grandes consumidores.

A ideia é promover um avanço semelhante ao que ocorreu no setor de telefonia. Com maior competitividade, será possível ao consumidor optar por fornecedores diferentes, fazendo a portabilidade da conta. **4**

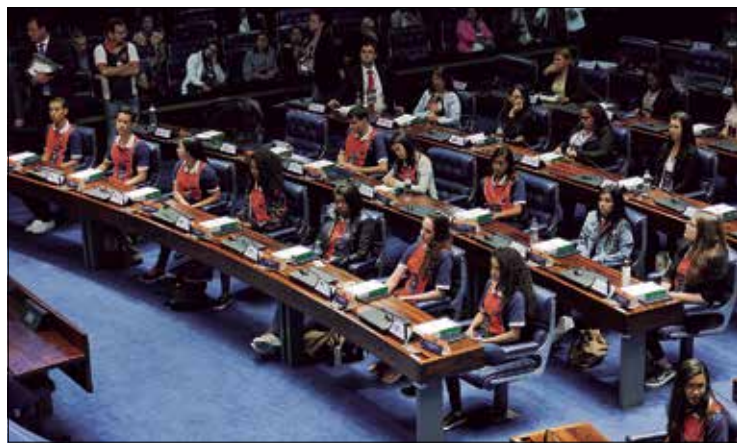
Jovens senadores tomam posse no Plenário da Casa

Comando dos trabalhos em 2018 ficará sob a responsabilidade de Antony Victor da Silva, da cidade alagoana de Porto Real do Colégio. O vice-presidente é Wagner dos Santos Almeida, de Aracaju

OS 27 ESTUDANTES participantes da 11ª edição do Projeto Jovem Senador tomaram posse ontem no Plenário. Cada jovem senador representa uma unidade da federação. Durante toda a semana, eles vivenciarão o trabalho dos parlamentares em Brasília. Além da posse, foi feita a eleição, por votação secreta, do presidente da Mesa, do vice-presidente e dos dois secretários.

A missão de conduzir os trabalhos ficará a cargo de Antony Victor da Silva, da Escola Estadual Firmo de Castro, de Alagoas. O vice-presidente será Wagner dos Santos Almeida, de Sergipe, aluno do Colégio Estadual Tobias Barreto; o primeiro-secretário, Marcos Paulo Araújo, de Tocantins; e a segunda-secretária, Luana Sampaio Freitas, do Amapá.

Ao longo da semana, estão



Roque de Sá/Agência Senado

Sugestões aprovadas pelos jovens senadores podem tramitar e até virar lei

previstas atividades para os jovens senadores, incluindo a discussão e votação de sugestões legislativas.

Desde 2011, os participantes do projeto já apresentaram 45 sugestões de lei, encaminhadas à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), das quais 37 transformaram-se em projetos de lei com tramitação

nas duas Casas do Congresso Nacional.

O Projeto Jovem Senador é voltado para a educação política dos jovens e conta com a parceria do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Também apoiam a iniciativa as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

No Dia da Consciência Negra, Regina diz que elite é preconceituosa

Regina Sousa (PT-PI) registrou a passagem do Dia da Consciência Negra, comemorado ontem.



Waldemir Borretto/Agência Senado

A senadora afirmou que a Abolição da Escravatura não trouxe a liberdade verdadeira, a autonomia econômica e o respeito da sociedade aos negros brasileiros.

— Nunca alcançamos o status de igualdade social e somos vistos com desprezo por causa da imagem preconceituosa que a elite branca construiu a nosso respeito.

Hélio José: racismo é alimentado pelas diferenças sociais

Hélio José (Pros-DF) lamentou que a desigualdade entre brancos, pretos e pardos alimenta o racismo no Brasil.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Em um país em que mais da metade da população se autodeclara preta ou parda, os rendimentos dos brancos são quase o dobro do que recebem os negros, disse o senador.

Além disso, entre os pardos, a taxa de desocupação, ao final do ano passado, era de 14%, enquanto que entre os que se autodeclararam brancos era de menos de 10%, acrescentou.

Lídice da Mata cita importância da Conjuração Baiana

Lídice da Mata (PSB-BA) os 220 anos da Conjuração Baiana. Ela ressaltou que a revolta inspirou-se na Revolução Francesa e buscava “inserir a Bahia na agenda civilizatória do mundo ocidental”.



Waldemir Borretto/Agência Senado

— Este exemplo mostra que o autoritarismo está presente em nossa história há muito tempo. Há muito tempo homens e mulheres da Bahia e do Brasil doam suas vidas para que estes princípios do Iluminismo se façam presentes em nossa sociedade.

Humberto critica Bolsonaro por fim de contrato com Cuba

Humberto Costa (PT-PE) lamentou a saída dos cubanos do Programa Mais Médicos.



Waldemir Borretto/Agência Senado

O senador destacou que Jair Bolsonaro disse que exigiria que os médicos cubanos se submetessem a teste, que o governo cubano repassasse aos médicos a totalidade dos valores pagos ao país e que as famílias dos médicos pudessem vir ao Brasil. Humberto lembrou, porém, que Bolsonaro votou, na Câmara, contra projeto que permitia a vinda dos familiares dos médicos.

Gleisi aponta dívida histórica do Brasil com o povo negro

A contribuição da população afro-brasileira à construção do país foi destacada por Gleisi Hoffmann (PT-PR). Ela disse que o Brasil tem uma grande dívida com os negros pelos 300 anos nos quais sofreram com a escravidão.



Waldemir Borretto/Agência Senado

A parlamentar criticou o preconceito de parte da elite em relação aos negros e mencionou a atitude do presidente eleito, Jair Bolsonaro, que durante palestra teria se referido aos quilombolas de forma pejorativa.

Otto Alencar lamenta saída abrupta de médicos cubanos

Otto Alencar (PSD-BA) se disse preocupado com a retirada rápida dos cubanos do Programa Mais Médicos, lembrando que a falta dos profissionais causará prejuízos ao atendimento de saúde da população mais pobre.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Para o senador, tanto o governo de Cuba quanto o do Brasil falharam pelas atitudes “intempestivas”. Os médicos, disse, deveriam retornar gradualmente ao país de origem, na medida em que fossem substituídos por brasileiros.

Abertura de Semana da Primeira Infância foca em menos violência

Foi aberta ontem, no Auditório Petrônio Portella, a 11ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. O tema “A construção da paz pela primeira infância: parentalidade, proteção e promoção da criança será debatido em palestras e oficinas.

— Um dos temas centrais dessa edição é voltar às raízes da questão da prevenção da violência. E esse é um tema que deve sempre ser revisitado e trabalhado, pois ainda se trata de uma agenda inacabada — disse a representante do Unicef, Cristina Albuquerque.

A presidente da Comissão de Educação (CE), Lúcia Vânia (PSB-GO), destacou que a prevenção à violência contra a criança é um assunto que necessita de debate.

— Há praticamente 50 anos que o mundo desenvolvido despertou para a importância da promoção de políticas públicas e programas sociais para a primeira infância. No Brasil, apesar de todos os esforços, apenas começamos a dar os primeiros passos, mas todos sabemos que os primeiros passos são difíceis e o tanto que precisamos insistir nessa caminhada.

Pauta de direitos da pessoa com deficiência domina colegiado

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) tem reunião hoje, às 11h30, com uma pauta voltada para a pessoa com deficiência. Um dos projetos determina que as pesquisas do IBGE, ou de outras instituições públicas de pesquisa, gerem informações sobre a aptidão para o trabalho da pessoa com deficiência (PLS 316/2016).

De autoria do senador Romário (Pode-RJ), o projeto tem objetivo de facilitar o

cumprimento, pelas empresas, da legislação de cotas para pessoas com deficiência (Lei 13.146/2015).

A pauta da CDH também traz propostas relacionadas à acessibilidade. Uma delas é o texto que determina que os centros de compras que têm área de lazer infantil devem disponibilizar pelo menos 5% dos brinquedos com condições de acessibilidade para crianças com deficiência (PLS 382/2011).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAS Podólogos

9h Na pauta, o PLC 151/2015, que regulamenta a profissão de podólogo.

CCT Serviços de telecomunicações

9h Apresentação do relatório de avaliação da política pública promovida pela Finep. Após, 40 itens, entre eles, o PLS 662/2011, que visa facilitar comparação entre serviços de telecomunicações.

CDR Segurança de barragens

9h Audiência para discutir implantação de política para segurança de barragens.

CCJ Cartórios do DF

10h Proposta que aumenta valor das taxas nos cartórios do DF está na pauta.

CE/CAS Educação para a paz

10h Audiência conjunta para debater o tema “Educar para a paz: experiências internacionais e brasileiras”.

CRE Guiné-Bissau e Namíbia

10h Sabatina de dois embaixadores.

CTFC Combate ao tabagismo

11h Audiência sobre medidas de combate ao tabagismo. Depois, texto que trata da garantia contratual está na pauta.

CDH Brinquedos adaptados

11h30 Proposta que obriga cota de brinquedos para crianças com deficiência em shoppings pode ser votada.

CMO Obras irregulares

14h Debate para analisar obras com irregularidades graves identificadas pelo TCU.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Abre a pauta a continuação da análise do PLC 68/2018, sobre distrito imobiliário.

CÓDIGO COMERCIAL Relatório

14h30 Análise do relatório.

MP 851/2018 Fundos patrimoniais

14h30 Análise do relatório.

MP 850/2018 Agência para museus

14h30 Análise do plano de trabalho.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Senadores reagem e projeto que mudaria ficha limpa é arquivado

Texto de Dalirio Beber, que seria votado com urgência, previa que condenados por crimes anteriores a 2010 não sofreriam efeitos da lei

NA SESSÃO DO Plenário de ontem, diversos senadores declararam ser contra a votação com urgência do projeto que retira do alcance da Lei da Ficha Limpa os condenados por crimes anteriores a 2010, quando a lei foi sancionada. Diante dos apelos, o autor da proposta, Dalirio Beber (PSDB-SC), apresentou requerimento para retirada definitiva do PLS 396/2017 — Complementar. O pedido foi aprovado e o presidente do Senado, Eunício Oliveira, determinou o arquivamento.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) já haviam apresentado requerimentos para retirar a urgência para votação e foram apoiados por vários colegas.

— Sabemos que a Lei da Ficha Limpa foi um grande avanço no nosso país. Ela vem coibindo o avanço dessa maldita corrupção — disse Ataídes.

Randolfe afirmou ser inadequado flexibilizar a Lei da Ficha Limpa.

— É um jeitinho que se daria para enfraquecer a Lei da



Dalirio Beber explicou em Plenário que intenção não era desfigurar a lei

Ficha Limpa — disse.

O texto do projeto vai contra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a pena de oito anos de inelegibilidade para políticos condenados pela Justiça Eleitoral por abuso de poder econômico pode ser aplicada inclusive a pessoas condenadas antes da entrada em vigor da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135), em junho de 2010. Antes disso, a inelegibilidade era de três anos.

Dalirio explicou que sua intenção era apenas preencher uma lacuna legislativa deixada

pelo Parlamento sobre a retroatividade ou não da lei. Ele informou que o próprio STF tem ministros com opiniões divergentes sobre a retroatividade para casos já julgados até 2010. Ele garantiu não ser sua intenção desfigurar a Lei da Ficha Limpa, a qual considera um avanço contra a corrupção.

Também se posicionaram contra Raimundo Lira (PSD-PB), Jorge Viana (PT-AC), Ana Amélia (PP-RS), Simone Tebet (MDB-MS), Lídice da Mata (PSB-BA), Reguffe (sem partido-DF), Romero Jucá

(MDB-RR), Ricardo Ferraço (PSDB-ES), Lasier Martins (PSD-RS), Armando Monteiro (PTB-PE), Otto Alencar (PSD-BA) e outros.

Na opinião de Lasier, o projeto está na contramão do que disseram as urnas, “que pediram a moralidade na política”. Ana Amélia disse que a lei foi uma conquista da sociedade.

— A sociedade brasileira está hoje imbuída de uma prioridade: combate duro à corrupção, que fez escorrer pelo ralo o dinheiro que faltou para muitos setores importantes.

Na opinião de Ferraço, a lei representa um divisor de águas no combate à impunidade, à delinquência e ao poder econômico na prática política e eleitoral.

Reguffe disse que a Lei da Ficha Limpa é fruto de um projeto de lei de iniciativa popular que obteve mais de 1 milhão de assinaturas de apoio.

— Esta Casa não pode votar uma proposição que flexibiliza essa legislação, principalmente no final desta Legislatura. Isso vai contra os anseios da sociedade brasileira.

Para Ferraço, proposta não poderia ser votada com urgência

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) se manifestou contra a tentativa de votação em regime de urgência do projeto que flexibiliza a Lei da Ficha Limpa.

Ferraço exaltou a lei como “divisor de águas” no combate à impunidade e ao poder econômico sobre a política e lembrou que a iniciativa foi assinada por mais de 1 milhão de brasileiros.

— O que os capixabas e os brasileiros demandam é endurecer esse jogo para que nós possamos coibir, intimidar, inibir essas práticas que não dialogam com política de qualidade.

Telmário Mota leva ao vice-presidente eleito demandas de Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) informou ter levado ao vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, várias demandas de Roraima. Ele disse ter relatado a crise financeira por que passa o estado, que está com o salário dos servidores atrasado, e pediu a repactuação da dívida de R\$ 2 bilhões com o governo federal. O senador lembrou que o Rio de Janeiro recebeu um benefício bem maior.

— É importante que seja dado também esse ajuste para proporcionar um fôlego, uma carência de três, cinco anos — afirmou.

Telmário disse ainda que, apesar de não ter votado no presidente eleito, apoiará no Senado todos os atos republicanos bons para o Brasil.

Elmano analisa eleições e alerta para falta de segurança

Ao analisar o resultado das eleições, Elmano Férre (Pode-PI) afirmou que a eleição de Jair Bolsonaro é emblemática, com quase 58 milhões de votos, mesmo sem recursos, tempo de TV e estrutura partidária. Para ele, o país atravessa uma crise política, econômica, ética e moral, e o povo está cansado. Elmano considera a falta de segurança o maior problema do país.

— Vivemos nossa própria guerra, sem trincheiras e sem inimigo declarado, o que desperta o medo no coração das nossas famílias, mata os nossos jovens, sangra o país.

Plenário aprova texto-base de proposta sobre distrato imobiliário

O Plenário aprovou ontem o texto-base do projeto que fixa direitos e deveres das partes nos casos de rescisão de contratos de aquisição de imóveis em regime de incorporação imobiliária ou loteamento. Após a aprovação, a votação foi interrompida e deve ser retomada hoje, com a análise das emendas ao PLC 68/2018 aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Do deputado Celso Russomanno (PRB-SP), a proposta havia sido rejeitada pela CAE em julho, mas um recurso fez

com que voltasse para o Plenário, onde recebeu novas emendas. Com isso, o projeto teve que ser analisado novamente pela comissão, que aprovou o relatório do senador Armando Monteiro (PTB-PE), favorável a seis emendas e contrário a outras seis. O relator ainda fez adaptações para acolher mais duas sugestões. O texto retornou ao Plenário em regime de urgência.

Os senadores favoráveis argumentam que o projeto atualiza as regras, dando segurança jurídica às construtoras

e aos consumidores na hora da negociação. Por outro lado, há parlamentares que consideraram o texto favorável às empresas, sendo necessário mais equilíbrio.

Conforme o projeto, o atraso de até 180 dias para a entrega do imóvel não gerará ônus para a construtora, mas se houver atraso maior na entrega das chaves, o comprador poderá desfazer o negócio, tendo direito a receber tudo o que pagou de volta, além da multa prevista em contrato, em até 60 dias. Se não hou-

ver multa prevista, o cliente terá direito a 1% do valor já desembolsado para cada mês de atraso.

O texto permite que as construtoras fiquem com até 50% dos valores pagos em caso de desistência da compra, quando o empreendimento tiver seu patrimônio separado do da construtora (mecanismo chamado de patrimônio de afetação).

Para os demais casos, ou seja, fora do patrimônio de afetação, a multa para o consumidor é de até 25%.

Incentivos à indústria automotiva passam por nova aprovação

O Plenário aprovou ontem o texto da medida provisória (MP) que cria um programa de incentivos ao setor automotivo, o Rota 2030.

A MP 843/2018 já havia sido aprovada pelo Senado no dia 8, como o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/2018, mas a Câmara dos Deputados enviou dois ofícios com correções no texto, que segue agora para a sanção presidencial.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, explicou que a votação anterior foi considerada sem efeito. O relator,

senador Armando Monteiro (PTB-PE), disse que as correções tratam de formalidades e não interferem no mérito.

Como exemplo, ele mencionou a troca da expressão “por cento” para “por pontos percentuais”. Houve também a retirada de uma palavra “ainda” e a troca de “administrados” por “administradas”.

— O novo texto em nada modifica o mérito do projeto nem a grade de incentivos definida após um longo processo de discussão entre o Legislativo e o governo.

Senado confirma indicado para a embaixada na Costa Rica

Com 54 votos favoráveis, 3 votos contrários e 1 abstenção, o Plenário aprovou ontem a indicação de Antonio Francisco da Costa e Silva Neto para o cargo de embaixador do Brasil na Costa Rica. A aprovação será comunicada à Presidência da República.

Costa e Silva Neto atua desde 2015 como embaixador na Finlândia, para onde seguiu após ter sido embaixador na Jamaica por quatro anos.

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE) no dia 7, o diplomata

informou que a Costa Rica tem conseguido manter um crescimento econômico em torno de 4% ao ano, fator muito importante para que seja mantida a estabilidade político-social conquistada desde a Constituição de 1949.

No entanto, afirmou, o país tem tido déficits fiscais recorrentes nos últimos anos, o que provocou um aumento desafiador da dívida pública.

A Costa Rica tem 5,15 milhões de habitantes, PIB de US\$ 54,98 bilhões e renda per capita de US\$ 11 mil.

Portabilidade da conta de luz é aprovada em comissão

Projeto, que ainda passará por outras comissões, altera o modelo de comércio de energia elétrica para permitir que pequenos consumidores façam parte do mercado livre, hoje restrito aos grandes usuários

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que expande o mercado livre de energia elétrica, permitindo que pequenos consumidores façam a portabilidade da conta de luz. O PLS 232/2016, do senador Cassio Cunha Lima (PSDB-PB), foi aprovado na forma de um substitutivo do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O projeto altera o modelo comercial de energia elétrica no país com a intenção de, progressivamente, permitir que os pequenos consumidores possam optar em fazer parte do mercado livre, hoje restrito a grandes consumidores. A ideia é que, a longo prazo, ocorra com o setor elétrico o mesmo que aconteceu com o setor de telefonia. No caso dos consumidores residenciais, por exemplo, a relação com as distribuidoras será mantida apenas para o serviço de distribuição, e a liberdade para a compra se dará no caso da comercialização de energia com a geradora.

Tasso afirmou que o projeto não é importante somente pelo aumento da competitividade e pela diminuição do preço para o consumidor, mas também pela transformação da matriz energética de uma matriz suja para uma matriz limpa.

— Sem mecanismo como esse, nós vamos ficar fora do



Proposta aumenta competitividade e pode reduzir preço da conta de luz

mundo no andamento dessas transformações. Existem previsões de que, até 2030, a matriz limpa será no mundo inteiro responsável por cerca de 80%, 90% da produção de energia — afirmou.

Liberdade

Atualmente, consumidores com carga inferior a 500 kilowatts não podem fazer parte do mercado livre e só podem comprar energia da distribuidora em que estão conectados. Esse é o caso do pequeno consumidor residencial, comercial ou de pequenas indústrias, chamado de mercado consumidor cativo.

Apenas os consumidores com carga igual ou superior a 3 mil kilowatts e os com carga igual ou superior a 500 kilowatts e inferior a 3 mil kilowatts que compram energia das chamadas fontes incentivadas podem fazer parte do

mercado livre.

Cássio afirma na justificativa do projeto que a liberdade de escolha para o consumidor aumentará a concorrência entre as empresas, reduzindo o preço e melhorando a qualidade do serviço prestado.

Pela proposta, serão reduzidos gradualmente os limites de carga para que consumidores regulados possam escolher o fornecedor de energia.

O texto também reduz restrições à oferta de energia e aprimora a lei para que as concessionárias e permissionárias de distribuição se concentrem em sua atividade principal, que é o serviço de distribuição. O projeto permite ainda que as distribuidoras façam leilões descentralizados para comprar energia elétrica.

A proposta segue agora para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Serviços de telecomunicações podem ter preços padronizados

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) pode votar hoje o projeto que torna obrigatória a padronização das informações técnicas e dos preços dos serviços de telecomunicações oferecidos aos usuários.

O PLS 662/2011, da senadora Ângela Portela (PDT-RR), é relatado pelo senador Paulo Rocha (PT-PA), que retomou o teor original do texto, propondo a rejeição de duas emendas inseridas pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

A CTFC entendeu que atribuir à Anatel a classificação e a organização da oferta de planos e preços dos serviços prestados em regime privado, prevista no projeto, inibiria a inovação e a criatividade das empresas na comercialização

de seus produtos.

Paulo Rocha, no entanto, ressalta que a intenção da proposta original é organizar as informações divulgadas pelas empresas de telefonia celular e banda larga móvel, de banda larga fixa e de TV paga em relação aos preços praticados, de forma permitir a comparação entre elas, beneficiando o consumidor na contratação dos planos e produtos disponíveis no mercado.

Avaliação

No início da reunião, o senador Otto Alencar (PSD-BA) apresentará relatório sobre a atuação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, avaliada pela comissão durante o ano.

Atualização do Código Comercial deve ser votada hoje em colegiado

A comissão que examina o projeto que atualiza o Código Comercial Brasileiro se reúne hoje para examinar o relatório de Pedro Chaves (PRB-MS). O PLS 487/2013 tramita em conjunto ao PLS 223/2013, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que trata das juntas comerciais.

A comissão foi instalada em 2017. Desde então, fez diversas audiências públicas em Brasília e em outros estados para colher opiniões e sugestões para o texto.

Segundo Chaves, o Brasil tem necessidade urgente de modernizar o código, que tem normas ultrapassadas.

— O novo código deve desativar a operação das empresas no Brasil para gerar um clima favorável à realização de negócios e ao aquecimento saudável da economia.

Ajuste é a saída para crescimento econômico, defende instituição

O Brasil terá crescimento real médio de 2,2% com juro real de cerca de 4,5% nos anos de 2020 a 2030. Isso permitiria estabilizar a dívida pública, que hoje está em 80% do PIB, em quatro ou cinco anos desde que o superavit primário volte para 2% do PIB.

Num cenário otimista, menos provável, o crescimento poderia ser de 3,4%, com juros em 3,2%. Numa perspectiva pessimista, o aumento médio do PIB seria de 1,4%, com juros reais de quase 6%. A previsão foi feita ontem pelo presidente da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto.

Ele falou aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a provável evolução do quadro fiscal brasileiro. No debate, foram avaliadas receitas, despesas e a tendência da dívida pública. Também se discutiram o deficit da Previdência, a dificuldade de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e o alto índice de *spread* bancário, que prejudica a população na busca pelo crédito.

Salto advertiu que a economia tem crescido num ritmo lento, enquanto a informalidade aumenta a passos largos. Lembrou que o emprego formal e o mercado de trabalho sustentam a Previdência. Quando o desemprego é grande, disse, a Previdência sofre grande impacto.

— A economia está se recuperando muito lentamente e o desemprego ainda é elevado e está caminhando para a informalidade.

Para gerar dinamismo, afirma Salto, a solução é promover um ajuste fiscal. Em números reais, de acordo com ele, o Brasil precisaria “enxugar” despesas e gerar mais R\$ 300 bilhões.

Para José Serra (PSDB-SP), a situação é mais crítica para os estados.

— É uma situação de insolvência dos estados crítica e a gente sabe qual é a consequência desses impasses. No final, acaba-se abrindo a torneira, possibilidades de financiamento de fato, que desajustam ainda mais o quadro fiscal.



Diretor da IFI, Salto diz que Brasil precisaria gerar mais R\$ 300 bilhões

Projeto permite que peso de mercadorias seja conferido

Estabelecimentos que vendem produtos em embalagens lacradas na fábrica serão obrigados a oferecer uma balança para pesar as mercadorias. É o que determina projeto na pauta da Comissão de Transparência, Governança Pública, Fiscalização e Controle (CTFC). A ideia da proposta, que pode ser votada hoje, é que os consumidores confirmem o peso indicado nas embalagens.

A autora do PLS 21/2017, Rose de Freitas (Pode-ES), ressalta que diversos produtos colocados à disposição para o consumo não respeitam a indicação do peso conforme a rotulagem.

O relator, Gladson Cameli (PP-AC), apresentou substitutivo ao texto para aplicar a medida a mercados, supermercados, hipermercados e atacadistas de médio e grande

porte. Ele sugeriu ampliar para 180 dias o prazo para que os estabelecimentos se ajustem à regra, contados a partir da data de publicação da nova lei.

O descumprimento da obrigação está sujeito às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor, que vão de multa, apreensão e inutilização do produto até cassação de licença do estabelecimento. Caso aprovado, o texto segue para a Câmara.

A reunião está agendada para as 9h e inclui outros nove itens. Entre eles, projeto de Vicentinho Alves (PR-TO) que proíbe que empresas de atendimento ao consumidor retenham senhas ou documentos que comprovem o horário de chegada do usuário aos estabelecimentos (PLS 545/2013).

Aprovado relatório preliminar do Orçamento

Senadores e deputados da CMO estabeleceram o dia 28 como limite para que parlamentares ligados ao novo governo façam alterações na Lei Orçamentária de 2019

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório preliminar do projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019. Do senador Waldemir Moka (MDB-MS), o PLN 27/2018 traça um cronograma para a aprovação do Orçamento do ano que vem.

Moka contemplou no relatório o prazo acertado com os parlamentares da base do próximo governo para inserir alterações no projeto. Assim, a equipe de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro, poderá incluir emendas no Orçamento de 2019 até 28 de novembro.

— Como o novo governo declara querer realizar uma

reforma ministerial e alterar a estrutura do governo, deixaremos aberto até o dia 28 o prazo para alguma proposta, coincidindo com o prazo de votação das emendas setoriais.

O parecer preliminar destaca uma série de áreas que serão reforçadas com mais recursos. Entre elas, estão ações dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional, da Agricultura e da Segurança Pública.

O relator terá à disposição, no entanto, apenas R\$ 382,6 milhões para atender todas as áreas escolhidas. Os recursos virão de cortes promovidos em diversos programas, com exceção das áreas de saúde,

educação e desenvolvimento social. Em 2017, os recursos disponíveis para remanejamento somaram R\$ 8 bilhões

Próxima fase

Com a aprovação do parecer preliminar, a análise da proposta orçamentária de 2019 entra na fase mais importante. A próxima etapa, que ocorre semana que vem, é a apresentação e a votação dos pareceres dos 16 relatores setoriais que auxiliarão Moka na análise das despesas orçamentárias do próximo ano.

Após a fase setorial, o senador apresentará o relatório final, que deverá ser votado pela Comissão Mista de Orçamento



Relator-geral, Moka (D) terá R\$ 382,6 milhões para remanejamentos

e em seguida pelo Plenário do Congresso.

Na reunião de ontem, antes da votação do relatório preliminar, a comissão também aprovou nove projetos de

créditos suplementares e especiais. Governo e oposição fecharam um acordo permitindo a aprovação de mudanças no Orçamento deste ano em R\$ 21,7 bilhões.

Projeto que altera Lei Antiterrorismo opõe movimentos sociais

Uma proposta de alteração na Lei Antiterrorismo expôs divergências entre representantes de movimentos sociais. Eles participaram de audiência ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O PLS 272/2016, de Lasier Martins (PSD-RS), amplia o conceito e as condutas consideradas atos de terror, o que, para parte dos debatedores, vai prejudicar direitos fundamentais garantidos pela Constituição, como as liberdades de manifestação e de expressão.

A proposta recupera itens vetados pela então presidente Dilma Rousseff na Lei Antiterrorismo. Na ocasião, os vetos foram justificados pela intenção de afastar qualquer possibilidade de criminalização de manifestações ou protestos organizados pela sociedade civil. Lasier, no entanto, acredita que a ex-presidente mutilou a legislação, tornando-a inócua.



A advogada Nathalie Ferro, da Rede Justiça Criminal, fala em audiência dirigida por Lasier Martins (3º à dir.)

O relator, Magno Malta (PR-ES), que não pôde participar da audiência, concorda com o colega e recomenda a aprovação do texto. Na avaliação do senador, o projeto “corrige distorções decorrentes do veto presidencial”.

Condutas

A proposta considera como atos de terrorismo as seguintes condutas: incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado,

além dos atos de interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados. A pena estipulada para todas essas condutas será de 12 a 30 anos de reclusão, bem como sanções correspondentes à prática de ameaça ou violência.

O defensor nacional de Direitos Humanos, Eduardo Nunes de Queiroz, destacou que a luta contra o terror lida com temáticas sensíveis, não contra o cidadão, mas contra inimigos do Estado, o que pode

abrir espaço para relativização de garantias penais.

— O Brasil se alinha à comunidade internacional, tem compromisso de luta contra o terror e aderiu à Convenção Interamericana de Combate ao Terrorismo, que coloca a necessidade de respeito aos princípios fundamentais.

Para a advogada Nathalie Ferro, da Rede Justiça Criminal, a redação do projeto viola o princípio da proporcionalidade e, principalmente, o da legalidade, segundo o qual os tipos penais devem estar delimitados de forma clara e precisa, o que, segundo ela, não ocorre com o texto.

O representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Guilherme Werlang, lembrou que é um direito do povo se organizar para lutar por direitos e que não se pode equiparar movimentos sociais a organizações criminosas.

— O acesso a direitos fundamentais é sagrado. Se estamos debatendo hoje, é por conta das grandes manifestações de rua ocorridas nas Diretas Já. Aliás, se essa alteração na lei estivesse em vigor na época, não estaríamos aqui hoje.

Ex-líder do Movimento Vem para a Rua, Jailton do Nascimento pensa de forma diferente e se disse a favor do projeto. Ele lembrou que

já liderou manifestações de rua pacíficas, com milhões de pessoas, sem que uma vidraça sequer fosse quebrada.

— Conquistar pessoas com ideias é o caminho da democracia, mas não tem como defender atitudes violentas, sob o pretexto de se estar defendendo direitos.

O projeto também recebeu o apoio do chefe substituto da Divisão Antiterrorismo da Polícia Federal, Juner Caldeira Barbosa, para quem a redação está adequada.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou voto em separado pela rejeição, argumentando haver vício de iniciativa e inconstitucionalidade material. De acordo com o senador, o artigo 67 da Constituição estabelece que matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, se tiver o apoio da maioria absoluta dos membros de uma das Casas do Congresso Nacional.

Quanto à inconstitucionalidade, estaria evidente, segundo ele, que o espírito do projeto “se opõe aos valores republicanos e democráticos imprescindíveis para o bom funcionamento do Estado”.

O juiz Marcelo Semer, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia, concorda com o argumento. Para ele, o projeto não pode tratar de questões que já foram objeto de veto presidencial, mantidos com apoio de mais de 300 deputados — com esse resultado, não houve necessidade de votação no Senado.

O projeto tramita de forma terminativa na CCJ e, se for aprovado, poderá ir diretamente à Câmara se não houver recurso para votação em Plenário.

Senadores também divergem sobre proposta

A proposta de alteração na Lei Antiterrorismo também divide a opinião de senadores. Os quatro parlamentares que participaram do debate ficaram em campos opostos em relação ao projeto.

Lasier e a senadora Ana Amélia (PP-RS) acreditam que o texto é uma forma de disciplinar com mais precisão condutas consideradas atos de terror. Segundo o senador, o país está cansado de ver destruições, incêndios e violência sem uma resposta eficaz do Estado aos criminosos.

— O Brasil vai continuar convivendo com isso, numa

época que queremos uma nação mais civilizada, mais preocupada com a construção do que com a destruição? A tipificação está muito explícita no projeto. Fala na motivação e resultado. Fala na proporcionalidade e na razoabilidade — disse o parlamentar

Lasier mostrou no debate recortes de jornais com imagens de violência, destruição de bens públicos e de veículos queimados durante manifestações de rua ocorridas em várias cidades brasileiras.

Os senadores Humberto Costa (PT-PE) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), por

outro lado, fizeram duras críticas à proposta por, segundo eles, representar uma ameaça ao direito de manifestação dos movimentos sociais.

Além disso, segundo Humberto, a proposição nem deveria estar tramitando, uma vez que foi alvo de vetos que foram mantidos pelo Congresso Nacional.

— Estamos legislando sobre coisas que já receberam nosso posicionamento, o que é um vício grave. O texto permite ampla discricionariedade, o que é algo negativo em se tratando de direito penal — afirmou o senador.

Fim do registro de muda e semente de planta ornamental é polêmico

Setor produtivo reclama da burocracia, enquanto Ministério da Agricultura entende que regulação protege o setor de “falcatruas”

A PROPOSTA QUE pretende desobrigar de inscrição no Registro Nacional de Cultivares (RNC) as mudas, cultivares ou sementes de flores e plantas ornamentais de domínio público dividiu opiniões ontem, na audiência pública da Comissão de Agricultura (CRA) sobre o tema.

Representantes do setor defendem que o registro, especialmente para pequenos e médios produtores de plantas e flores, é burocrático e caro, impede o investimento em diversidade e prejudica o produtor por aumentar a concorrência externa. Já o Ministério da Agricultura acredita que a falta da “certidão de nascimento” da muda ou semente trará desorganização ao setor, pois não haverá garantias de fidedignidade na reprodução. Isso, em última instância, poderia até mesmo prejudicar financiamentos, já que os bancos não saberiam ao certo no que estariam investindo.

Cultivar

Uma nova cultivar é a variedade fruto de um melhoramento genético que difere das demais plantas dessa variedade na cor, formato, porte ou outra característica. No desenvolvimento de uma cultivar não ocorre alteração dos genes, mas uma nova combinação do próprio material genético. Pelo Projeto de Lei da Câmara (PLC) 88/2014, o produtor de flores que desenvolver uma nova cor de orquídea, por exemplo, pode ser liberado de inscrever o produto no RNC. Esse registro está vinculado ao Ministério da Agricultura e dá a “certidão de nascimento” de cada variedade de semente ou muda.

O autor da proposta, deputado Junji Abe (MDB-SP), afirmou que o processo de registro pode demorar até cinco anos e que, em tempos de globalização, novas variedades de flores e plantas chegam anualmente ao país, em forte concorrência com o



Senador Cassol fala durante debate com Victor Ayres, David Hathaway e André Peralta

produtor brasileiro, que acaba sendo penalizado por vender espécies originadas de melhoramento, mas sem registro.

Na opinião de Victor Ayres, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), as flores e plantas ornamentais são um exemplo de área em que o controle do Estado poderia ser mais flexível. Por ser um mercado cativo entre cliente e vendedor, disse, se não for garantida a qualidade do produto, o cliente o abandona. Ayres aposta que esse fator faria com que as ocorrências de desonestidade e má qualidade na produção de sementes e mudas fossem mínimas. Ele sugeriu que o processo de registro possa ser transferido para entidades privadas, que garantam selos de qualidade às sementes e mudas.

“Vai dar errado”

Voz contrária ao PLC 88/2014, o representante do Ministério da Agricultura, André Peralta, afirmou que o RNC protege o agricultor e a venda indiscriminada de sementes. Para ele, a isenção do registro pode “bagunçar” a produção agrícola. Sem a identidade da cultivar, o ministério não poderá dar

garantias, comprometendo até mesmo a identificação da espécie. Ele citou “falcatruas” com as quais o governo lida cotidianamente.

— Eu gostaria muito que isso desse certo, mas vai dar muito errado porque vai desestruturar todo o sistema.

Peralta lembrou que o processo de registro foi simplificado, leva de 15 dias a um mês e custa R\$ 228, sem custo de manutenção. A única obrigação do produtor que registra a cultivar é mantê-la viva. Deixar a produção “correr solta” pode até mesmo dificultar a concessão de crédito para os produtores, já que o investidor não saberia se os recursos iriam realmente para uma cultivar A, que ele sabe como se comporta, ou para uma cultivar X chamada de A.

— Quem vai garantir o crédito? O banco quer botar o dinheiro dele no negócio que é realmente o que está sendo dito — opinou.

O presidente da CRA, senador Ivo Cassol (PP-RO), não concordou com as críticas e disse acreditar que a proposta possa aperfeiçoar o setor. Ele informou que a proposta será pauta da próxima reunião, dia 4 de dezembro. A reunião deliberativa prevista para ontem foi cancelada.

Cultivo de maconha para uso medicinal está na pauta de colegiado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa hoje substitutivo de Marta Suplicy (MDB-SP) ao projeto que descriminaliza o cultivo da maconha para uso pessoal terapêutico.

O PLS 514/2017 é da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e decorre de ideia legislativa proposta no Portal e-Cidadania (SUG 25/2017). Marta, que preside a CAS, redigiu um substitutivo que permite à União liberar o plantio, a cultura, a colheita e a importação de plantas e sementes de *Cannabis sativa* exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização.

O texto também altera a Lei de Drogas (Lei 11.343, de 2006) e passa a liberar o cultivo e a colheita da *cannabis* para o uso pessoal terapêutico, por associações de pacientes ou familiares de pacientes que fazem o uso medicinal da substância, criadas especificamente com essa finalidade, em quantidade não mais que a suficiente para o tratamento segundo a prescrição médica.

Avanços científicos

No relatório, Marta defende que o tema não pode ser relegado a uma discussão ideológica ou política. “Mais que tudo, é preciso que tenhamos empatia e nos coloquemos no lugar do outro. É assim que defendemos a verdadeira essência do cuidado em saúde, que é mitigar o sofrimento humano”, aponta.

A senadora cita pesquisas científicas sobre os benefícios da *cannabis* no tratamento de muitas enfermidades, como autismo, epilepsia, Alzheimer, doença de Parkinson, dores crônicas e neuropatias. E reforça que o tratamento reduz o sofrimento também dos familiares.

“Não há justificativa plausível para deixar a população brasileira alijada dos avanços científicos nesta área”.

Comissão debate hoje projeto que visa reduzir consumo de produtos fumígenos

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle de Defesa do Consumidor (CTFC) realiza hoje audiência pública pedida por Romero Jucá (MDB-RR) para debater projeto que proíbe qualquer forma de propagan-

da, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos também nos locais de venda.

De José Serra (PSDB-SP), o PLS 769/2015 obriga que as embalagens de cigarros sejam padronizadas, mantendo as

advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo.

De acordo com o relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), favorável à proposta, embora o Brasil tenha avançado muito no combate ao tabagismo, é necessário

avançar para reduzir ainda mais o uso desses produtos, que prejudicam a saúde da população.

Foram convidados para o debate o editor-chefe da *Revista Traços*, André Noblat, o diretor-procurador da Associa-

ção Brasileira da Propriedade Intelectual, Rodrigo Ouro Preto, o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, Edson Vismona, e o conselheiro da Associação Brasileira da Indústria do Fumo Delcio Sandi.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Exame de ordem para médicos divide opiniões em audiência

Debatedores convidados pela Comissão de Educação divergiram sobre a prova prevista em proposta do senador Pedro Chaves

A APLICAÇÃO DE um exame para médicos recém-formados, prevista em projeto, dividiu a opinião dos representantes de entidades de classe que participaram ontem de um debate na Comissão de Educação (CE).

Do senador Pedro Chaves (PRB-MS), o PLS 165/2017 institui uma prova de proficiência ao término do curso, assim como ocorre com os bacharéis em direito, que só podem advogar depois de aprovados no exame da OAB.

O consultor jurídico do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, Daniel Cavalcante Silva, disse que a organização está preocupada com falhas no texto, “a começar pela justificativa sem argumentos sólidos e sem refletir a realidade”.

— Existe uma grande carência no interior e, portanto, não existe essa proliferação indiscriminada [de escolas de medicina] citada no projeto — afirmou.

Cavalcante ressaltou que não existem pedidos de autorização para cursos de medicina desde 2013. Segundo ele, os Ministérios da Educação e da Saúde têm feito chamamento público em municípios estratégicos, a fim de interiorizar os cursos de medicina, já que os médicos não têm interesse de atuar nessas regiões.

Teste

A diretora-executiva da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), Hermila Guedes, disse que a avaliação não é medida simples e considerou a denominação “exame de ordem”, sugerida no projeto, inadequada. Segundo ela, trata-se de um teste de suficiência para obtenção do diploma médico.

— O caráter do exame de ordem penaliza o estudante. E não é o estudante que deve pagar pela má formação que teve.

Hermila defendeu que, em substituição aos hospitais-escolas, as unidades do SUS sejam usadas como campos de prática em todas as áreas.



Audiência, dirigida por Lúcia Vânia (C), discutiu questões como a qualidade da formação

Já o coordenador-geral da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), Gustavo Di Lorenzo Villas Boas, afirmou que o exame de ordem aborda somente aspectos cognitivos do estudante e ignora pontos importantes da formação.

— Quando se escolhe avaliar o estudante como a ponta do ensino, se está deixando de avaliar outras partes do processo: o que faz o estudante, o que faz o profissional e o que faz a formação médica.

Unanimidade

Favorável à aplicação do exame, o presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR), Juracy Barbosa, lembrou que o Brasil tem 328 escolas de medicina, ficando atrás apenas da Índia, que tem 460. Ele disse que há unanimidade entre as entidades médicas sobre a importância e a necessidade do teste.

— De 2013 para cá, nós tivemos um aumento estratosférico, de tal maneira que perdemos o controle na formação dessas pessoas: escolas sem hospitais, formação de médicos que nunca entraram em uma unidade de saúde e sem a devida tutoria, sem professores qualificados.

O coordenador da Comissão de Ensino Médico do Conselho Federal de Medicina (CFM), Lúcio Flávio Gonzaga Silva, disse que o órgão também apoia integralmente a proposta e as

emendas apresentadas pelo relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). Gonzaga afirma que uma avaliação seriada, no quarto e sexto anos, para analisar competências e atitudes, será mais eficaz do que uma prova teórica ao fim do curso, aumentando a qualidade da formação dos médicos brasileiros e a assistência ao cidadão.

— Uma avaliação formativa que acompanhe a formação do aluno no meio do seu curso, cujos resultados obrigarão a escola a melhorar seu projeto pedagógico na área ou nas áreas em que esse aluno não se sair bem — afirmou.

O projeto também recebeu apoio da Associação Médica Brasileira (AMB). Segundo o vice-presidente José Luiz Dantas Mestrinho, a preocupação é com o aumento da quantidade ao invés da qualidade dos cursos e dos serviços.

Uma das autoras do pedido de audiência, a senadora Ana Amélia (PP-RS) ressaltou que é preciso avaliar e discutir o aprimoramento da qualidade de todos os serviços prestados à população. Para ela, o debate sobre o projeto é fundamental, porque diz respeito à vida e ao tratamento adequado que deve ser dado às pessoas.

— O importante é a gente encontrar um senso comum ou um senso médio de absorção pela sociedade, para que ela seja bem atendida e para que as escolas prestem uma educação de qualidade.

Indicados para embaixadas na África serão sabatinados hoje

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve sabatar hoje os diplomatas Fábio Guimarães Franco e José Augusto Silveira de Andrade Filho, indicados para chefiar as embaixadas do Brasil na Guiné-Bissau e na Namíbia, respectivamente.

Fábio Guimarães Franco foi assistente e subchefe da Divisão da Ásia e Oceania I do Itamaraty, embaixador junto à Santa Sé, cônsul-adjunto em Montevideu, chefe encarregado de negócios na embaixada na República Democrática do Congo, cônsul-adjunto em Washington, embaixador em Angola e diretor do escritório comercial em Taipé.

A indicação para a embaixada do Brasil na Guiné-Bissau é relatada pelo senador Lasier Martins (PSD-RS).

Já o indicado para a Namíbia exerceu as funções de primeiro-secretário na missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, e na delegação permanente junto à Aladi e ao Mercosul, em Montevideu, foi conselheiro na embaixada na Bolívia e no consulado-geral em Londres, conselheiro e ministro-conselheiro na embaixada na África do Sul e é cônsul-geral em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia. A indicação é relatada pelo senador Airtton Sandoval (MDB-SP).

Belarus

Após as sabatinas, será apresentado relatório de Jorge Viana (PT-AC) sobre a indicação de Paulo Fernando Dias Feres para a embaixada em Belarus, na Europa Oriental.

O diplomata serviu nas embaixadas na África do Sul, no Japão, na Alemanha, no Chile e em Portugal. Também foi chefe de gabinete da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e depois assumiu a chefia da Divisão de Programas de Promoção Comercial do Itamaraty.

Ana Amélia elogia indicações de Moro para pasta da Justiça

A senadora Ana Amélia (PP-RS) elogiou ontem o comprometimento do futuro ministro da Justiça, Sérgio Moro, com o combate à corrupção. Para ela, as indicações de Moro para cargos no futuro governo e para a equipe de transição demonstram isso.

Ana Amélia elogiou o delegado Maurício Valeixo, indicado para dirigir a Polícia Federal, além do ex-superintendente da PF no Paraná Rosalvo Franco e da juíza Flavia Blanco, de Curitiba, que vão para a equipe de transição.

— Estamos vendo o comprometimento pessoal com o combate à corrupção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rose defende liberação de saques do FGTS pelos trabalhadores

Projeto que autoriza o trabalhador que pedir demissão a sacar integralmente o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi defendido ontem pela autora, Rose de Freitas (Pode-ES).

A senadora não acredita que o projeto favoreça demissões em massa, especialmente em um momento de crise econômica. Ela rejeitou a ideia de que a proposta ponha em risco o fundo e, consequentemente, o Sistema Financeiro da Habitação.

— Se isso fosse verdade, o fundo não teria resistido aos R\$ 34,5 bilhões que foram liberados de contas inativas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sistema S não pode cobrar tributos, diz Ataídes Oliveira

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou ontem o fato de as entidades do Sistema S, como Sesi e Senai, recolherem contribuições sociais compulsórias, quando a arrecadação tributária deve ser de “estrita competência do Estado e exercida por servidores de carreira”. Segundo Ataídes, o Supremo Tribunal Federal classificou as contribuições como tributos e o Tribunal de Contas da União decidiu que o Sistema S não pode recolher diretamente dos contribuintes.

— Se você tem que pagar o imposto à Receita, por que está pagando ao Sesi e ao Senai?



Waldemir Barreto/Agência Senado

Capiberibe espera decisão rápida do STJ sobre governador

O senador João Capiberibe (PSB-AP) disse ontem esperar que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) finalize, em 5 de dezembro, o julgamento do governador do Amapá, Waldez Góes, reeleito em 27 de outubro. O governador é acusado de não repassar aos bancos o dinheiro de empréstimo consignado no contracheque de servidores. Só neste mandato, disse o senador, foram R\$ 313 milhões desviados.

— Se o STJ o declarar inocente, ele terá tranquilidade para governar. Se o declarar culpado, dá uma chance ao povo de eleger outro candidato.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Benefício para quem adota dá mais um passo

Pagamento de salário-maternidade diretamente pelo empregador para segurados adotantes de crianças e adolescentes promete diminuir filas e burocracia na Previdência

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que garante o pagamento do salário-maternidade diretamente pelo empregador ao segurado que adote ou obtenha a guarda judicial de criança para fins de adoção.

Atualmente os segurados da Previdência Social que adotam crianças ou adolescentes precisam se dirigir a um posto do INSS e enfrentar burocracia para fazer valer seu direito de receber o benefício.

Igualdade

Segundo o autor, senador Telmário Mota (PTB-RR), com o recebimento direto, os adotantes passarão a ter tratamento igualitário ao das mães naturais no recebimento do salário-maternidade.

O relator, Garibaldi Alves Filho (MDB-RN), aprovou a iniciativa e lembrou que não haverá aumento dos gastos públicos, visto que o orçamento do INSS não será afetado e a Lei de Responsabilidade Fiscal seguirá respeitada.

— A exigência de que a pessoa adotante ou com guarda da criança, se possuidora de vínculo empregatício, tenha que se dirigir a um posto da Previdência, em dissonância do que ocorre no caso da mãe biológica, soa discriminatória.

O senador lembrou ainda que o salário-maternidade é um benefício de natureza previdenciária, devendo o pagamento feito pelo empregador ser compensado no recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários. Garibaldi apresentou



Relatório do senador Garibaldi Alves Filho (D) foi aprovado ontem na CAE, presidida por Tasso Jereissati (E)

uma emenda para aperfeiçoar o texto.

O benefício é devido a quem se afasta de sua atividade por motivo de nascimento de filho, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. No caso de seguradas

que trabalham em empresas, deve ser pedido diretamente ao empregador.

A legislação, no entanto, prevê a necessidade de requerimento ao INSS para quem trabalha para microempreendedor individual, domésticas,

desempregadas, adotantes e no caso de falecimento de segurada que gere direito a complemento de pagamento para cônjuge vivo.

A proposta segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Prédios públicos podem ser obrigados a usar água da chuva

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem o PLS 191/2013, que obriga a instalação de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos de propriedade da União.

Pelo projeto, de Wilder Moraes (DEM-GO), a água captada das chuvas vai para descargas em vasos sanitários, irrigação de gramados e plantas ornamentais, limpeza de pisos e pavimentos, além de espelhos d'água. O texto impõe a instalação de telhados ambientalmente corretos como os chamados telhados verdes, que contam com a aplicação de vegetação sobre a laje.

O relator, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), votou pela aprovação com emendas que dispensam a obrigatoriedade de instalação desses sistemas em casos de inviabilidade técnica ou excessivo custo econômico. Segundo o senador, a adoção das medidas propostas tem-se demonstrado benéfica, mas há situações em que a manutenção pode não representar economia de dinheiro público, como nas regiões com períodos extensos de seca, quando os equipamentos de aproveitamento da água da chuva permaneceriam ociosos e demandariam manutenção.

O projeto ainda será analisado pelo Plenário do Senado.

Comissão quer análise de impacto de projetos de lei

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem a apresentação de projeto de resolução para exigir que propostas legislativas que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e parcerias público-privadas sejam acompanhadas de análise de impacto regulatório.

A sugestão partiu de Armando Monteiro (PTB-PE). Segundo ele, é preciso avaliar os efeitos de novas leis nos contratos em andamento no setor de infraestrutura para evitar insegurança jurídica.

— Existem diversos projetos em tramitação no Congresso que não tomam essa devida precaução. Podemos ter impactos indiretos que se relacionam ao aumento de tarifas

ou degradação do ambiente concorrencial.

O presidente da CI, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que a medida vai evitar equívocos como os existentes no contrato de concessão da Amazonas Energia e em concessões de rodovias e aeroportos.

— Se a resolução estivesse em vigor, este Senado da República teria se manifestado sobre o fato e teria evitado o surgimento de um passivo regulatório hoje da ordem de R\$ 20 bilhões na Amazonas Energia.

Sabatina

A minuta do projeto será encaminhada à Mesa para começar a tramitar.

Também foi lido na CI relatório sobre a indicação da

geóloga Debora Toci Puccini para o cargo de diretora da Agência Nacional de Mineração. Com a leitura, ela poderá ser sabatinada. Em outubro, a sabatina foi suspensa após uma questão de ordem de Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Debora é ré em um processo instaurado no Rio de Janeiro que apura crime contra a administração ambiental e corre em sigilo e foi proibida de ocupar cargo público.

O relator da MSF 86/2018, Wellington Fagundes (PR-MT), afirmou que a suspensão vale apenas para o cargo ocupado no Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro. Ele ressaltou que caberá aos senadores decidir se ela poderá ou não ocupar o cargo para a qual foi indicada.

Associados querem que fundos de pensão paguem mais pelos rombos

Representantes de servidores da Petrobras, da Caixa e dos Correios pediram ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) mudanças legais sobre os deficits nos fundos de pensão. Um dos alvos foi o artigo 202 da Constituição, que prevê que patrocinadores e associados cubram igualmente os rombos.

— Enquanto continuar a regra do artigo 202 e das leis complementares

que apontam neste sentido, proibindo aportes superiores das empresas em relação aos segurados, fica impossível equacionar os rombos sem penalizar participantes e assistidos — protestou o representante da Petros, fundo de pensão da Petrobras, Paulo César Martin.

Segundo maior fundo de pensão da América Latina, a Petros elevou a contribuição em março para cobrir um rombo de R\$ 27,7 bilhões. De acordo

com Martin, a medida provocou uma enxurrada de liminares judiciais contra a cobrança, beneficiando cerca de 20% dos quase 150 mil associados.

Também o representante do Funcef, fundo dos funcionários da Caixa, Delvío Brito, pediu ao Congresso que seja alterada a legislação.

— Milhares de pessoas reclamando que não têm dinheiro pra pagar remédio, comida, por causa dos planos de equacionamento. Nós pedimos pra que seja separado o valor: aqueles decorrentes de má gestão, de fraudes, de condutas irregulares, quem tem que pagar é o criminoso que causou prejuízo.

O senador Telmário Mota (PTB-RR) acredita que o Judiciário precisa ser ainda mais rigoroso no combate às fraudes.

— Além de prender quem desvia dinheiro, é preciso obrigá-los a devolver os recursos.

Colegiado debate política para segurança de barragens

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) promove hoje audiência pública para debater a implantação da Política Pública Nacional de Segurança de Barragens, objeto de análise da comissão, conforme sugestão de Elmano Férrer (Pode-PI).

A audiência terá a participação do presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil, dom Flávio Augusto Irala, e do presidente do Comitê da Bacia do Rio Apodi (RN), Rodrigo Guimarães de Carvalho. O presidente da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), Aristides Santos, e o secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu (RN), José Procópio de Lucena, entre outros, também foram convidados.



Telmário (C) dirige debate com representantes de servidores dos Correios, Caixa e Petrobras